

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.627 - SC (2019/0001840-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **MARIA ZURENE GONÇALVES**
ADVOGADO : **EMERSON MEES SIMAO - SC028125**
AGRAVADO : **COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO**
ADVOGADOS : **SÔNIA MARTINS SACCON ANGULSKI - SC006008**
 JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985
 FABIOLA RITZMANN DE OLIVEIRA SANTIAGO - SC021383
 OSVALDO ROGÉRIO DE OLIVEIRA - SC023738
 ALBERTO KNOLSEISEN - PR041525
 CINTIA CARLA SENEN - SC029675
 Oliveira e Antunes Advogados Associados S/C - SC000318
INTERES. : **IVO JOSÉ MACHADO**
INTERES. : **ROSELENE KONS GONCALVES**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por MARIA ZURENE GONÇALVES contra r. decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de v. acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado (fl. 417):

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO DE REJEIÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXCIPIENTE. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INSTRUMENTO PARTICULAR FIRMADO POR DUAS TESTEMUNHAS. VALOR LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL FORMALMENTE PERFEITO. EXEGESE DO ARTIGO 784, INCISO III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. AUSÊNCIA IRREGULARIDADE DO TÍTULO. DESVIO DE FINALIDADE. CONTRATO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO CÉDULA RURAL, MAS SIM DE MÚTUO. FATO QUE NÃO CONFIGURA DESVIO DE FINALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA INTENÇÃO DA AGRAVANTE EM FIRMAR UMA CÉDULA RURAL. ALEGAÇÃO QUE EXIGE DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIABILIDADE DE APRECIACÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ENCARGOS ABUSIVOS. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. RECLAMO CABÍVEL SOMENTE PARA MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO E QUE NÃO DEMANDAM DILAÇÃO PROBATÓRIA. EXEGESE DO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA N.º 1.110.925 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE REVISAR AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. MATÉRIA QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DE ORDEM PÚBLICA E DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA. MEIO PROCESSUAL IMPRÓPRIO. NECESSIDADE DE ARGUIÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

Recurso conhecido e desprovido.”

Nas razões do recurso especial (art. 105, III, alínea "a" e "c", da CF/88), apontou a parte recorrente ofensa ao disposto no arts. 371 do CPC/15, além de apontar dissídio jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, conforme fls. 1003-1018.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 1020-1025).

Contra aludida decisão, o recorrente interpõe o agravo (fls. 1027-1077).

Consta contraminuta de agravo às fls. 1080-1096.

É o relatório.

DECIDO.

2. Compulsando os autos, observa-se que a parte agravante sustentou em seu recurso especial haver ofensa ao disposto nos arts. 371 do CPC/15, pois: (i) houve julgamento contrário à prova dos autos; (ii) farto material probatório demonstrou nos autos que o crédito foi tomado para fins rurais; (ii) no entanto, o título não atende aos requisitos formais do Decreto-Lei 167/67; (iii) tudo isso deveria ter motivado ao acolhimento da exceção de pré-executividade, que, todavia, foi rejeitada.

Não obstante, sobre o tema, o v. acórdão recorrido assim consignou expressamente (fls. 419-423):

“2.3) Do mérito

2.3.1) Da iliquidez, certeza e exigibilidade

Busca a parte agravante fulminar a demanda expropriatória, ao argumento de que esta carece de título executivo extrajudicial, pois incerto, ilíquido e inexigível. Da análise dos autos, tem-se que a demanda expropriatória é edificada em um "custeio agrícola recurso próprio demais produtores/vencimento 10/07/2012" (fl. 107/109), devidamente firmado pela agravante, por avalistas e duas testemunhas, o que o torna título executivo extrajudicial, mesmo que não se trata de cédula de crédito bancário (submetida a legislação especial), porquanto **adequa-se a hipótese do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973 em vigor na época do ajuizamento da demanda (correspondente ao artigo 784 da Lei n. 13.105/16), in verbis: Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: [...] II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores; (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994).** Ademais, o presente contrato se amolda aos requisitos do artigo 586 do CPC/1973 (correspondente ao artigo 783 da Lei n. 13.105/16), pois se verifica a liquidez, pelo valor do contrato de R\$50.000,00 (fl. 107); a certeza, através da obrigação existente entre as partes e a exigibilidade, com o vencimento do contrato

em 10/07/2012 (fl. 107). Deste modo, inviável o acolhimento da tese em testilha. 2.3.2)

Do desvio de finalidade

A agravante aponta desvio de finalidade, pois o contrato firmado foi na forma de "mútuo bancário comum", desrespeitando o Decreto-Lei n. 167/67, quando deveria ter sido objeto de uma das modalidades de Cédula Rural. No caso em apreço, pela simples leitura do contrato é possível verificar que não se trata de cédula rural, porquanto não cumpre com os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n. 167/67, contudo, tal fato não configura o desvio de finalidade ou nulidade do título, pois a parte agravante firmou contrato para concessão de crédito no valor de R\$50.000,00, inexistindo irregularidades. Oportuno registrar que o fato de constar na parte superior do título a indicação do Decreto-Lei n. 167/97, também não o caracteriza como cédula de rural. **Ademais, em que pese a agravante qualificar-se como agricultora e, quanto este fato não há controvérsia da sua atividade, contudo, o contrato foi emitido para a concessão de crédito e inexistente cláusula que vincule este mútuo à destinação específica. Portanto, não há indicação específica no contrato sobre a aplicação do recurso, ficando o crédito a disposição da agravante, não havendo relevância se caso a aquela tenha utilizado a quantia para produção agrícola, pois tal fato não desnatura o título ou configura o desvio de finalidade. (...)**

Mas, ainda que o título fosse firmado como cédula de crédito rural, a existência de encargos superiores ao regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 167/67, não restaria configurado o desvio de finalidade. Por fim, a alegação que a intenção da agravante era firmar a cédula de crédito rural, não é possível de ser analisada neste momento em sede de exceção de pré-executividade, porquanto demanda instrução probatória. Logo, não merece prosperar a presente insurgência.” (g n).

3. Ressalte-se que a agravante deixou de responder os fundamentos centrais da decisão colegiada exarada pelo Tribunal de origem contidos na citação supra, a saber: (i) provar que a intenção da agravada era firmar cédula de crédito rural não é questão afeita à exceção de pré-executividade, pois demanda dilação probatória, o que não se admite na via escolhida; (ii) sem a demonstração da intenção indicada, fica prejudicado o argumento de desvio de finalidade; (iii) prejudicado o argumento de desvio de finalidade, o título reúne os requisitos para sua satisfação na via executiva, segundo os requisitos do art. 585, II, do CPC/73 (correspondente ao art. 784, do CPC/15).

Com efeito, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a agravante não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Por conseguinte, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4. Ademais, denota-se do acima exposto que os argumentos apresentados

em sede de recurso especial desafiaram as premissas fáticas adotadas no v. acórdão recorrido, situação processual que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ. Evidentemente, que o reexame da aludida questão demandaria revolvimento do arcabouço fático-probatório colacionado aos autos.

5. Outrossim, ainda que fosse possível superar referido óbice, mister reconhecer que, uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 524 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. DIREITO DE INDENIZAÇÃO DE ÁREA DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA DECISÃO A QUO POR ESTA CORTE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. 1. (...) 2. (...) 3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 16.879/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe 27/04/2012) [g.n.].

Na mesma linha: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator